

**RECEBIDO EM: 06-09-2019**

**ACEITO EM: 21-07-2020**

## **ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL**

**Eduardo Santos Rocha<sup>1</sup>**

**Dalgiza Andrade Oliveira<sup>2</sup>**

**Resumo:** o estudo teve como objetivo realizar o mapeamento da comunicação científica sobre as políticas públicas realizadas pelo Governo Federal no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras. Pretendeu-se traçar um panorama da produção científica sobre a referida temática, a partir da análise das publicações científicas dos Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins, entre os anos de 1988 e 2018. Trata-se de uma pesquisa quantitativa de análise de conteúdo e análise bibliométrica. Foram constatadas 36 publicações distintas, sendo que foram analisadas as publicações disponíveis na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Library and Information Science Abstracts (LISTA)*, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Library and Information Science Abstracts (LISA)* e base PERI. As publicações foram classificadas e distribuídas de acordo com as categorias pré-estabelecidas. A categoria Instituto Nacional do Livro (INL) e Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) obtiveram duas publicações cada. A categoria de Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas obteve sete publicações. A categoria Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas obteve 12 publicações, seguida pela categoria Políticas Públicas para o Livro e Leitura com 14 publicações. Após a análise das pesquisas publicadas entre os anos de 1988 a 2018, constatou-se que a produção científica sobre as políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras vem sendo tratada com parcimônia pela agenda dos programas de Pós Graduação em Ciência da Informação no Brasil.

**Palavras-chave:** Biblioteca Pública. Políticas Públicas. Instituto Nacional do Livro.

### **1 INTRODUÇÃO**

As Bibliotecas Públicas são por natureza espaços democráticos e abertos à comunidade, independentemente do público quanto à classe social, etnia, ideologia, gênero, faixa etária, dentre outros. Elas são compreendidas como importantes recursos no sentido de promover além dos tradicionais

<sup>1</sup> Mestre em Gestão e Organização do Conhecimento pela Escola de Ciência da Informação da UFMG". Doutorando em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da UFMG.

<sup>2</sup> Docente da Escola de Ciência da Informação/Programa de Pós-Graduação em Gestão da Organização e do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG-2011). Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG-2005). Bacharel em Biblioteconomia (Escola de Biblioteconomia/UFMG-1991).



empréstimos de livros, atividades que expressem a cultura local, graças ao seu alcance e presença nas comunidades nas quais estão inseridas.

Apesar de se considerar a sua importância, tendo em vista o que esse valioso equipamento cultural pode oferecer em termos de recursos e serviços informacionais, historicamente, as Bibliotecas Públicas brasileiras vêm se deparando com a falta de investimentos públicos.

Não é raro encontrar no Brasil Bibliotecas Públicas abandonadas pelo Poder Público, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Dentre as consequências deste abandono verifica-se a obsolescência dos acervos dessas instituições, em razão da falta de investimentos para sua atualização e dinamização. Outras consequências encontradas são bibliotecas com mobília sucateada, falta de estrutura tecnológica, ausência de computadores, acervos catalogados por pessoas inaptas à função, na maioria dos casos com o catálogo desatualizado, além da estrutura elétrica comprometida, telhados danificados, dentre outras mazelas.

Há ainda que se considerar que algumas destas instituições vêm interrompendo ou reduzindo seus serviços por falta de estrutura, o que compromete e prejudica as comunidades nas quais estão inseridas, já que em alguns casos, esses equipamentos culturais são os únicos recursos informacionais e culturais disponíveis nos municípios, o que acentua ainda mais a desigualdade social nestas localidades.

Na perspectiva deste trabalho, o referencial teórico abordou a Biblioteca Pública e as políticas públicas direcionadas para essas instituições, identificando conceitos encontrados na literatura da área. Dessa forma, pretendeu-se estabelecer um diálogo entre autores e pesquisadores que se dedicam ao estudo das políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras, com o objetivo de traçar um panorama que reflita o estado da arte, bem como as principais contribuições para o estudo e o entendimento dessa temática.

## 1.1 Justificativa

A produção científica sobre a atuação do Poder Público, no que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras, vem, cada vez, mais sendo compreendida como uma importante contribuição no sentido de promover um maior entendimento sobre o referido tema. No entanto, inobstante à escassez de estudos sobre a referida temática, uma parte considerável das pesquisas está voltada para o aspecto tecnicista da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (CI).



Nesse sentido, Saracevic (1996) esclarece que a CI vem balançando no que diz respeito à ênfase de seus estudos, no que se refere à relação entre a tecnologia e o homem, ou seja, o caráter tecnológico e o caráter social da CI, conforme destaca-se:

a relação homem-tecnologia é o ponto fraco, a questão não resolvida filosófica, científica ou profissionalmente na CI, assim como também o é em outros campos fortemente envolvidos com a tecnologia. A CI tem oscilado entre os dois extremos – humano e tecnológico – sem se definir claramente por qualquer deles ou estabelecer um equilíbrio confortável (SARACEVIC, 1996, p. 55).

O mesmo autor acrescenta que “embora exista ultimamente uma clara oscilação do pêndulo em direção ao lado humano da equação, o extremo tecnológico continua sendo a amarra que dirige a inclinação do campo em sua totalidade” (SARACEVIC, 1996, p. 55).

Nesse aspecto, Fonseca (2007) destaca o caráter social da Biblioteconomia e enfatiza a importância de uma biblioteca menos tecnicista e mais voltada para os leitores, como forma de promoção da cidadania, por meio de sua contribuição para a erradicação do analfabetismo. No entanto, as bibliotecas ainda não assumiram esse compromisso, como se observa:

ademais, a preocupação com os processos técnicos da biblioteca e não com serviços aos leitores e com noções irrealistas de sistemas mundiais de informação levaram a que as bibliotecas se distanciassem de seus usuários [...]. As bibliotecas não assumiram uma visão abrangente de sua tarefa, a qual deveria incluir um papel de destaque na erradicação do analfabetismo e no estímulo à leitura (FONSECA, 2007, p. 95).

Em relação às pesquisas desenvolvidas no campo da Biblioteconomia, Saracevic (1996, p. 49) esclarece que “as diferenças ficam mais evidentes pela agenda das pesquisas. O que as agendas de fomento estão financiando como pesquisa em CI é inteiramente diferente daquilo que financiam em pesquisas biblioteconômicas”.

Outro aspecto a ser considerado decorre da experiência profissional adquirida à frente desses equipamentos. Na realidade vivenciada no cotidiano da Biblioteca Pública, foi possível uma maior aproximação com as dificuldades encontradas no que se refere a sua gestão, sobretudo, quando se trata da escassez de recursos. Dentre essas dificuldades, sobressaíram as relacionadas à falta de mão de obra especializada, sobretudo a falta do profissional bibliotecário.

Dessa forma, entende-se que o presente estudo se justifica pela necessidade de uma maior compreensão sobre tratamento dedicado ao tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras pela pesquisa na área da CI.

## 2 BIBLIOTECA PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEGMENTO, NO BRASIL

A Biblioteca Pública é, por natureza, um espaço democrático e aberto à comunidade. Ela é entendida como um importante recurso, no sentido de proporcionar aos seus usuários o livre acesso à cultura e à informação. Esse equipamento cultural já foi tema de alguns estudos, dentre os quais destacam-se Oliveira (1994), Paiva (2008), Machado (2014), dentre outros autores que contribuíram para um maior entendimento sobre a temática.

Em que pese o fato da importância desses equipamentos culturais, observa-se que historicamente as Bibliotecas Públicas, sejam elas mantidas pelo poder público no âmbito municipal, estadual ou federal, vêm apresentando carência de políticas públicas, bem como ausência de destinação de recursos orçamentários e humanos, essenciais ao seu funcionamento e à prestação de serviços dentre as comunidades nas quais estão inseridas.

Nesse contexto, foi somente em meados da década de 1820 que surgiram no Brasil as primeiras Bibliotecas Públicas estaduais (SUAIDEN, 2000). No entanto, apesar destas serem criadas a partir de decretos, as mesmas não ofereciam a estrutura necessária para que fossem consideradas bibliotecas, conforme se evidencia que

a biblioteca era legalmente criada por um decreto estadual, no entanto a falta de visão dos administradores era grande, pois geralmente não havia previsão da infraestrutura necessária. Locais improvisados, acervo desatualizado e composto de doações, instalações precárias, carência de recursos humanos adequados etc. eram as características dessas instituições chamadas bibliotecas. (SUAIDEN, 2000, p. 52).

De acordo com Oliveira (1994, p. 22) “a partir da segunda metade do século XIX, com a ampliação da sociedade urbana, apenas 27 bibliotecas públicas foram criadas por Estados e Municípios, entre 1890 e 1930, sendo a sua maioria implantada na região sudeste”. Embora houvesse esforços particulares para a criação de bibliotecas populares, os índices de analfabetismos à época eram alarmantes (OLIVEIRA, 1994). Prossegue a autora que “em 1872 os percentuais de analfabetismos alcançaram a taxa de 66,4% da população, chegando ao ano de 1920 a 60,1% da população” (OLIVEIRA, 1994, p. 24). Por último, a mesma autora enfatiza que “até o final dos anos 20, as bibliotecas brasileiras projetavam a imagem da sociedade colonial e dependente, na qual se desenvolveram” (OLIVEIRA, 1994, p. 25).

A primeira política de Estado voltada para o fortalecimento das Bibliotecas Públicas brasileiras que se tem notícia foi o Instituto Nacional do Livro (INL). Barroso (1973, p. 45) definiu o INL como sendo um “Órgão do Ministério da Educação e Cultura, criado pelo Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro

de 1937, tendo, entre outras atribuições, a função de incentivar a organização e auxiliar na manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional”.

Bragança (2009) acrescenta que com a criação do INL foram desenvolvidas políticas para a criação de novas bibliotecas e apoio na manutenção das já existentes, distribuição de livros para essas bibliotecas, e capacitação de profissionais que atuavam nesses espaços, com a estruturação de cursos de Biblioteconomia em diversas cidades do país.

No entanto, Milanesi (2003) reconhece que embora o INL tenha sido o primeiro programa brasileiro de incentivo às Bibliotecas Públicas seu caráter era autoritário, conforme se verifica que

em 1937, com o Estado Novo, nasceu o primeiro programa brasileiro de incentivo às bibliotecas públicas. Parece paradoxal que um regime político claramente marcado pelo cerceamento do livre acesso às informações, bem como pelo controle da manifestação do pensamento, pudesse criar um programa de fortalecimento das bibliotecas públicas (MILANESI, 2003, p. 118).

O mesmo autor esclarece que o INL se configurou como uma política voltada para a doação de livros para as Bibliotecas Públicas, cujos títulos eram escolhidos de acordo com a visão dos responsáveis que ditavam as normas a serem seguidas pelo programa. Nesta direção,

a doação caracterizava-se como atividade central e, por vezes, a única. Escolher livros, empacotá-los e fazer a remessa para milhares de bibliotecas demonstravam, na prática, o caráter autoritário dessa ação, uma vez que as cidades ou grupos sociais não podiam de forma alguma participar do processo, pois recebiam o saber selecionado e fechado de acordo com as normas daqueles que ditavam as normas e procedimentos da política de incentivo às bibliotecas (MILANESI, 2003, p. 118).

Paiva (2008, p. 29) destaca que “a ideologia do acervo em que o Estado demonstrava sua concepção de biblioteca guardiã da cultura, era de divulgar as ideias e autores escolhidos pelo governo para formar hábitos ‘adequados’ na população”. A autora enfatiza que esta prática visava à formação do acervo das Bibliotecas Públicas de acordo com o padrão de um grupo de intelectuais ligados ao Instituto, ressaltando que a prática do INL de distribuir livros configurava-se como uma política que priorizava o interesse da indústria editorial uma vez que:

as bibliotecas públicas, no fim das contas, estavam sobrevivendo de doações particulares. Por outro lado, a indústria do livro necessitava de bibliotecas para se expandir e a resposta ao problema era que o Estado criasse e mantivesse funcionando uma biblioteca pública em cada município. As consequências previstas pelo Diagnóstico eram que a criação de bibliotecas estimularia e sustentaria a produção editorial, baratearia o livro, aumentaria o consumo de papel e favoreceria novos escritores. Portanto, tratava-se, mais uma vez, de uma política do livro, e não da biblioteca, visando estimular a indústria editorial (PAIVA, 2008, p. 33).

Apesar de seu caráter autoritário, entende-se que a contribuição do INL para o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas brasileiras foi inegável. Paiva (2008, p. 30) destaca tais avanços e esclarece que “do ponto de vista quantitativo, também há que se reconhecer os resultados: de 78 bibliotecas públicas

registradas em 1938, houve um salto para 332 em 1945. Em oito anos, foram distribuídos mais de 259 mil volumes, cerca de 781 por biblioteca”.

Prosseguindo na discussão sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras em 1986 a Lei n. 7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, assumiu a função de incentivar o desenvolvimento cultural no Brasil (OLIVEIRA, 1994).

Nesse período o Governo Federal estabeleceu parcerias com instituições privadas, como foi, por exemplo, o caso da Fundação Roberto Marinho e a Indústria de Papel Ripasa (OLIVEIRA, 1994). A partir destas parcerias e com a utilização de recursos provenientes da Lei Sarney, o INL promoveu o projeto “Viagem da Leitura”. Oliveira (1994, p. 161) esclarece que “o projeto tinha por objetivo despertar o hábito da leitura entre crianças e jovens, e envolveu a veiculação de campanha de incentivo à leitura, além da distribuição de 186.540 livros para 3.104 bibliotecas conveniadas”.

No ano seguinte ao surgimento da Lei Sarney foi criada a Fundação Nacional Pró-Leitura a partir da Lei 7.624, de 5 de novembro de 1987. Pelos preceitos da referida legislação a Fundação tinha como finalidades propiciar o desenvolvimento da promoção e da difusão do livro, estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas, difundir e estimular o hábito da leitura, manter e incentivar cursos de Biblioteconomia, de técnicas de encadernações e proteção de livros, receber o Depósito Legal e promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas (BRASIL, 1987).

No entanto, Milanesi (2003, p. 120) afirma que não houve inovações em relação ao antigo INL uma vez que “mesmo com tantas mudanças políticas e tantas alterações na sociedade a partir das transformações tecnológicas, o padrão básico dos programas não escapou da ideia persistente de distribuir livros”.

Em relação ao papel do Estado enquanto mantenedor das Bibliotecas Públicas o autor destaca a omissão dos prefeitos no que concerne à manutenção desses equipamentos culturais uma vez que se supõe que haja sempre alguém, de preferência federal, que possa resolver os problemas da cidade. Assim, “quando o Estado pai, por opção ou por crise, não distribui seus pacotes uniformes, inventam-se promoções tipo ‘doe um livro usado’, uma espécie de caridade cultural, que transforma em esmola aquilo que é um direito do cidadão” (MILANESI, 2003, p. 122).

Ainda em relação às políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas no Brasil, Oliveira (1994, p. 162) destaca que “a descontinuidade administrativa nas esferas federal, estadual e municipal e a carência de recursos humanos qualificados representam um grave problema para as bibliotecas públicas”. Esta autora problematiza que “a cada mudança de dirigentes era necessário reiniciar o trabalho de

‘conscientização bibliotecária’ do Secretário de Estado e dos prefeitos, buscando a sua adesão à causa da biblioteca pública” (OLIVEIRA, 1994, p. 162).

Passados cinco anos desde o surgimento da Lei Sarney, a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), por meio do Decreto Presidencial nº. 520, de 13 de maio de 1992, pode ser considerado um marco histórico.

São objetivos do SNBP: incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional, promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas públicas brasileiras, proporcionar a criação e atualização de acervos, favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, além de firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas (BRASIL, 1992).

Machado (2014, p. 123) enfatiza a importância da articulação das Bibliotecas Públicas e considera como “determinante que os bibliotecários que atuam nestas instituições se articulem com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, os quais trabalham em acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e com as políticas da área”.

Passada mais de uma década desde a criação do SNBP, o ano de 2003 foi marcado pela criação da Política Nacional do Livro (PNL), por meio do decreto presidencial nº 10.753, cujo programa apresentou como principal diretriz assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro, considerando o livro como o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2003).

A PNL também tem como diretrizes fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro, estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, promover e incentivar o hábito da leitura, propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial, competir no mercado internacional de livros, apoiar a livre circulação do livro no país, capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, instalar e ampliar no país livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro, propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, além de assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (BRASIL, 2003).

Como se observa, a PNL dá ênfase ao fomento da cadeia produtiva do livro. No entanto, embora de forma implícita, percebe-se o potencial das Bibliotecas Públicas para a realização de suas diretrizes,



uma vez que estas instituições proporcionam o livre acesso à leitura e apresentam potencial para capacitar a população para o uso do livro por meio do processo de mediação de leitura. Ainda em consonância com a referida política, as Bibliotecas Públicas também podem disponibilizar acervos acessíveis para as pessoas com deficiência visual, além de oferecer atividades culturais com acessibilidade. O referido Plano ainda preconiza a instalação e ampliação de Bibliotecas Públicas território nacional, o que também pode ser considerado um avanço para o setor.

Passado um ano desde o surgimento da PNL, o Programa Livro Aberto foi criado em 2004, por iniciativa do Governo Federal. Ramos (2017, p. 42) relata que o programa “perdurou até 2011 com o intuito de ampliar o número de bibliotecas públicas no país e modernizar as já existentes. Durante seu período de vigência foram criadas 1.075 novas bibliotecas e modernizadas 682”. Também em 2004, foi criado pelo Governo Federal, o Programa Fome de Livro.

Na década seguinte, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi aprovado pelo Decreto Presidencial nº 7.559, em 01 de setembro de 2011. De acordo com Machado (2014, p. 124) “o PNLL foi construído em conjunto pelo Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Educação (MEC) e a sociedade”. Suas diretrizes consistem em estratégias permanentes de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País (BRASIL, 2011).

O PNLL é dividido em quatro eixos de atuação, contemplando os seguintes pontos: democratização do acesso, fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento nacional (BRASIL, 2011).

O referido Plano foi construído com ampla participação social com o objetivo de coletar sugestões e promover debates em torno dos temas livro, leitura, literatura e bibliotecas, além de promover discussões sobre as cadeias produtivas e criativas do livro.

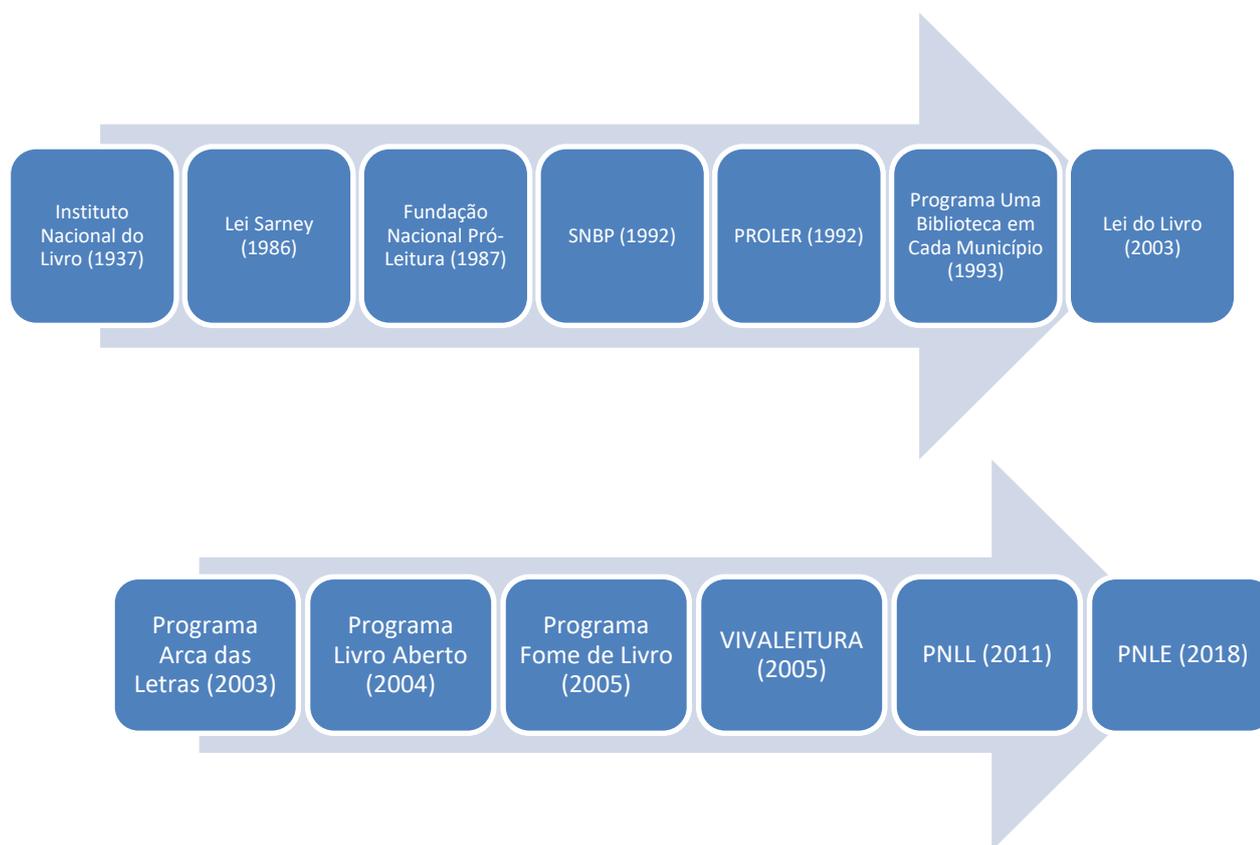
O PNLL foi construído com ampla participação da sociedade civil. À época das discussões para implementação do Plano “foram realizados 97 encontros, na forma de debates, conferências, palestras, oficinas, seminários e mesas redondas, realizados por todo o País em feiras de livros, festivais de literatura, fóruns, congressos e colóquios, envolvendo não apenas os profissionais da leitura e do livro, mas cidadãos representantes da cidadania brasileira” (BRASIL, 2011).

Transcorridos sete anos desde a aprovação do PNLL, o ano de 2018 foi marcado pela Lei nº 13.696, denominada Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). Dentre os objetivos da PNLE destacam-se a democratização o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, o fomento à formação de mediadores de leitura e fortalecimento de ações de estímulo à

leitura, a valorização da leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional, o desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, o fortalecimento institucional das bibliotecas de acesso público além do incentivo à expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora (BRASIL, 2018).

A PNLE também preconiza o fortalecimento institucional das bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações. Representa também um importante avanço para o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas.

**FIGURA 1** – Evolução das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil



Fonte: ROCHA, 2019.

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos que levaram aos resultados obtidos no presente estudo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo consistiu em uma análise de conteúdo na qual foi examinada a comunicação científica no que tange às políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas no caso do Brasil.

O universo desse estudo cercou-se das publicações científicas sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras disponíveis na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), na *Library and Information Science Abstracts* (LISTA), no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), na *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e na base PERI<sup>3</sup>. A escolha das referidas bases de dados para participação no experimento deveu-se ao fato de elas oferecerem acesso *online* a um conjunto da produção científica, na área da CI, composta por artigos de periódicos, livros, relatórios de pesquisa e *anais* de eventos. Dessa forma, elas constituem importantes fontes de informação, refletindo a comunicação científica nos campos da Ciência da Informação, Biblioteconomia e áreas correlatas. A partir dessas publicações, realizou-se o estudo bibliométrico.

A análise das referidas bases de dados proporcionou a obtenção e totalização de 295 resultados. Em seguida, os documentos recuperados foram submetidos a uma leitura flutuante, levando-se em consideração o título e o resumo das publicações, com o objetivo de selecionar as publicações que compuseram o *corpus* da pesquisa.

Com base no processo de leitura flutuante, foi estabelecida a escolha dos documentos suscetíveis de fornecer informações sobre o problema levantado. Estes documentos compuseram o universo das publicações analisadas, ou seja, o *corpus* da pesquisa. Para Bardin (2011, p. 122), “o *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos a procedimentos analíticos”. Após a análise dos 295 resultados obtidos foram selecionadas 36 publicações, que compuseram o *corpus* da pesquisa.

Para a realização da presente análise, os documentos que compuseram o *corpus* da pesquisa, em razão de sua característica em comum, foram divididos em categorias, com a finalidade de diferenciá-los e reagrupa-los a partir de suas partes comuns.

Foram definidas as seguintes categorias: Instituto Nacional do Livro, Plano Nacional do Livro e Leitura, Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas, Políticas Públicas para o Livro e Leitura e Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. As categorias

<sup>3</sup> Fonte de informação reconhecida nacionalmente, foi criada em 1987. Contém referências de artigos de periódicos e trabalhos publicados em *anais* de eventos técnico-científicos, refletindo principalmente a literatura nacional nas áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Arquivologia, Museologia e outras interdisciplinares. Cobre documentos impressos, existentes no acervo da Biblioteca Professora Etelvina Lima e também os disponibilizados através da Internet, apresentando resumos e/ou texto completo. Endereço eletrônico: <http://bases.eci.ufmg.br/>



foram definidas tendo em vista as principais temáticas presentes nas publicações obtidas a partir da análise nas bases de dados já referenciadas. Após a análise, constatou-se que a categoria Políticas Públicas para o Livro e Leitura obteve 14 publicações. A categoria Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas obteve 12 publicações. Em seguida, a categoria Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas obteve sete publicações, seguida pelas categorias Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura com duas publicações cada.

Apesar de serem 36 publicações a compor o *corpus* da presente pesquisa, na divisão das mesmas por categoria temática constam 37 publicações. Essa diferença deve-se ao fato de a publicação Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil se enquadrar, respectivamente, nas categorias Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura.

Concluiu-se, portanto que 72% das publicações se situam nas temáticas Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas e Políticas Públicas para o Livro e leitura, respectivamente com 12 e 14 publicações. Essa concentração de publicações nas categorias acima citadas pode ser entendida devido ao fato de estarem diretamente relacionadas ao tema central do presente estudo.

A baixa incidência de publicações que se enquadraram na categoria Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade, totalizando 19% das publicações extraídas das bases de dados analisadas após análise de conteúdo das mesmas, reflete como esta temática vem sendo tratada pelos pesquisadores da área, o que reforça o entendimento de que novos estudos se fazem necessários para que haja uma maior compreensão sobre o tema acessibilidade e inclusão social nas Bibliotecas Públicas.

As menores incidências na divisão das publicações por categoria temática foram verificadas nas categorias Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura, totalizando 11% das publicações, com duas incidências cada.

Dessa forma, entende-se como necessária uma maior reflexão sobre a produção científica sobre o tema políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras. Inobstante o diminuto número de publicações sobre essa temática, compreende-se que questões como inclusão social e acessibilidade vêm sendo tratadas de maneira ainda mais reduzida, embora configurem-se como reflexões centrais a serem tratadas pela Biblioteconomia e pela CI uma vez que essas áreas do conhecimento possuem um forte caráter social, mesmo que o tecnológico ainda pareça ser o imperativo.

#### 4 CONCLUSÃO

O estudo constatou que, entre os anos de 1988 e 2018, o tema políticas públicas realizadas pelo Governo Federal no âmbito das Bibliotecas Públicas vem sendo tratado com parcimônia por pesquisadores e estudiosos que atuam nas áreas da Biblioteconomia, CI e disciplinas correlatas.

Não foram constatadas publicações sobre a referida temática nos anos de 1989 e em toda a década de 1990. Também não foram identificadas publicações nos anos de 2001, 2003, 2004, 2007 e 2011. A maior incidência de publicações ocorreu no ano de 2014.

Observou-se, portanto, que o tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas foi negligenciado por mais de uma década pela agenda dos Programas de Pós Graduação em CI no Brasil. Esse fato leva ao entendimento de que existe uma lacuna histórica no que se refere aos estudos direcionados à referida temática, sendo, portanto, necessário um maior envolvimento por parte dos pesquisadores devido à importância de haver um maior acompanhamento sobre a atuação do Governo Federal no que concerne à criação, manutenção e desenvolvimento das bibliotecas públicas no Brasil.

Mesmo considerando o número reduzido de publicações constatadas pelo presente estudo, a leitura da produção científica sobre a referida temática em seu respectivo recorte possibilitou verificar tendência das pesquisas que versaram sobre as políticas públicas para Bibliotecas Públicas brasileiras. Foram localizadas 36 publicações distribuídas entre as seguintes categorias: Instituto Nacional do Livro, Plano Nacional do Livro e Leitura, Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas, Políticas Públicas para o Livro e Leitura e Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

Dentre as 36 publicações extraídas das bases de dados analisadas, 14 foram classificadas na categoria Políticas Públicas para o Livro e Leitura. A categoria Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas obteve 12 publicações. Em seguida, a categoria Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas obteve sete publicações, seguida pelas categorias Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura com duas publicações cada.

A maior incidência de publicações classificadas na categoria Políticas Públicas para o Livro e Leitura pode ser entendida por ser uma categoria com maior abrangência e que abarca de uma maneira mais geral a temática em análise.

Nesse sentido, entende-se como fundamental o desenvolvimento de novos estudos sobre o tema como forma de não só proporcionar o desenvolvimento das pesquisas, como também oferecer novas contribuições para futuros estudos. Esses estudos poderão auxiliar no desdobramento de novas pesquisas bem como auxiliar os gestores públicos, responsáveis pela manutenção das Bibliotecas Públicas, seja no



âmbito municipal, estadual ou federal, no sentido de apresentar fontes de informação que poderão auxiliá-los no processo de tomada de decisão para alocação de recursos públicos bem como para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para estas instituições que abrigam a cultura e o saber.

Há ainda que se considerar que a CI apresenta grande potencial para atuar no desenvolvimento social e não só às questões relacionadas ao seu caráter tecnológico. Nesse aspecto, as bibliotecas públicas podem ter mais espaço nas agendas de pesquisa da CI, uma vez que esse equipamento cultural é voltado para os leitores e pode contribuir para a promoção da cidadania.

A partir do presente estudo verificou-se que em um período de 81 anos, compreendido entre os anos de 1937 e 2018, o Governo Federal brasileiro instituiu 13 políticas públicas destinadas às Bibliotecas Públicas. Diante desta realidade, conclui-se que as políticas públicas direcionadas para as Bibliotecas Públicas vêm sendo tratadas com parcimônia pelas agendas governamentais.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4ª ed. Lisboa: Edições, v. 70, p. 1977, 2011.

BARROSO, Maria Alice. Instituto Nacional do Livro. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 1, n. 1/3, p. 45-63, 1973. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/803>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, v. 2, n. 2, p. 221-246, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1430/143012791011.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987. Autoriza a instituição de fundações e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 5 de novembro de 1987. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Decreto n. 520. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm). Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. Decreto no 7.559, de 1 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 set. 2011. Seção 1. p. 4. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm). Acesso em: 28 nov. 2019.



BRASIL. Lei nº 13.696. Política Nacional de Leitura e Escrita. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm). Acesso em: 29 nov. 2019.

FONSECA, Edson Nery. **Introdução à Biblioteconomia**. 2ª ed. Brasília: Brique de Lemos, 2007.

MACHADO, Elisa; ELIAS JUNIOR, Alberto; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 115-127, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/35853>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A Bibliotecas fora do tempo: políticas governamentais de Bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989**. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1437>. Acesso em: 26 dez. 2019.

OLIVEIRA, Marlene de. A pesquisa científica na Ciência da Informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPQ. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 143 - 156, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34363>. Acesso em: 26 dez. 2019.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-7HUKTJ>. Acesso em: 26 dez. 2019.

RAMOS, Marília Cossich. **Marcos regulatórios para as Bibliotecas públicas no Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/6582>. Acesso em: 26 dez. 2019.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SUAIDEN, Emir José. A Bibliotecas pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf., Brasília**, v. 29, n. 2, p. 52-60, mai/ago. 2000. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17550/>. Acesso em: 26 nov. 2018.



**Abstract:** the study aimed to map scientific communication on public policies carried out by the Federal Government within the scope of Brazilian public libraries. It was intended to draw an overview of scientific production on the aforementioned theme, based on the analysis of the scientific publications of the Postgraduate Programs in Library Science, Information Science and related areas, between the years 1988 and 2018. It is a quantitative research of content analysis and bibliometric analysis. 36 different publications were found, and the publications available in the Database of Periodicals in Information Science (BRAPCI), Library and Information Science Abstracts (LISTA), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Library and Information Science Abstracts (LISA) and PERI base. The publications were classified and distributed according to the pre-established categories. The category National Book Institute (INL) and National Book and Reading Plan (PNLL) obtained two publications each. The category of Public Policies for Inclusion and Accessibility in Public Libraries obtained seven publications. The State and Municipal Public Policies for Public Libraries category obtained 12 publications, followed by the Public Policies for Book and Reading category with 14 publications. After analyzing the research published between 1988 and 2018, it was found that scientific production on public policies within the scope of Brazilian Public Libraries has been treated sparingly by the agenda of graduate programs in Information Science in Brazil.

**Keywords:** Public Library. Public policy. National Book Institute

